

# 06-09-2013 - Entrevista coletiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, em São Petersburgo

São Petersburgo – Rússia, 06 de setembro de 2013

**Presidenta:** Oi, gente. Tudo bom? Boa tarde. Então vamos para a nossa entrevista.

**Jornalista:** Podemos começar com três perguntas (...) assenhora avisou ao presidente Obama que não vai mais aos Estados Unidos? O que conversou ...

**Presidenta:** Vamos conversar sobre o presidente Obama. Como vocês viram, o presidente Obama marcou uma reunião comigo, logo após a primeira sessão do G20, entre a primeira sessão do G20 e o jantar. Nessa ocasião, nesse encontro, eu transmiti ao presidente Obama a posição brasileira sobre a questão das denúncias de espionagem. Qual era a posição brasileira? Primeiro, a minha indignação pessoal e a do conjunto do meu país com as denúncias de espionagens praticadas contra o governo, contra as embaixadas, contra empresas e cidadãos brasileiros pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos. Fiz ver a ele que esse tipo de relacionamento que nós tínhamos, que é baseado no fato de sermos grandes democracias nesta parte do mundo, é incompatível com um ato de espionagem ou atos de espionagem. Portanto, que era incompatível com a convivência democrática entre países amigos.

Ocorrer no Brasil era um fato gravíssimo. Por que é um fato gravíssimo ocorrer no Brasil? Porque o Brasil é uma forte, uma sólida e uma grande democracia. O Brasil vive há mais de 140 anos em harmonia e de forma pacífica com seus vizinhos lá da região. O Brasil é um país que não tem conflitos étnicos, não tem conflitos religiosos, não abriga grupos terroristas, e tem, na sua Constituição, expressamente, que nós vedamos o uso e a fabricação de armas nucleares. Portanto, que todas essas características jogavam por terra qualquer justificativa de que tais atos de espionagem seriam uma forma de proteção contra os terroristas. E só nos permitia uma conclusão: que essa espionagem, como não tinha nada a ver com segurança nacional, tinha a ver com fatores geopolíticos, tinha a ver com fatores estratégicos ou com fatores comerciais e econômicos e que isso era inadmissível, principalmente porque se tratava de países com uma tradição de relacionamento histórico.

E o fato de só poder ser esse interesse jogava por terra qualquer, qualquer alegação, qualquer alegação de segurança ou de qualquer outro aspecto ligado a o que geralmente se divulga, que é ligada à segurança, à proteção contra o terrorismo. E, portanto, afetava interesses econômicos brasileiros, afetava a soberania do país e afetava direitos chamados direitos humanos ou civis, e que era estarrecedor, partindo de um país que tinha na sua fundação, por característica principal esse respeito à liberdade e aos direitos humanos. Privacidade é um direito fundamental.

O presidente Obama declarou para mim que assumia a responsabilidade direta e pessoal pelo integral esclarecimento dos fatos, e que proporia para exame do Brasil, medidas para sanar o problema.

Diante do meu ceticismo devido à falta de resultados do encontro entre o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o vice-presidente Biden, ocorrido semana passada, o presidente Obama me reiterou que ele assumia, novamente ele reiterou que assumia a responsabilidade direta e pessoal tanto para a apuração das denúncias como para oferecer as medidas que o governo brasileiro considerasse adequadas.

Como eu disse que esse processo era um processo lento, que eu não queria esclarecimentos técnicos, não era só uma questão de desculpas, que era uma questão de não admissão desse nível de intrusão e que era importante que fosse solucionado com rapidez, chegou-se a uma data, quarta-feira. Estava presente nesse encontro pelo lado brasileiro eu e o embaixador Figueiredo, pelo lado dos Estados Unidos o presidente Obama e a Susan Rice. E que isso seria que ele se dispunha a adaptar e - a palavra não é bem, adaptar – a providenciar todas as medidas que nós considerássemos suficientes.

Eu comuniquei ao presidente Obama, nessa oportunidade, que o Brasil vai a todos os fóruns multilaterais, em especial junto à Organização das Nações Unidas, propor iniciativas para uma governança da internet que defina normas e mecanismos para coibir e impedir práticas de violação de direitos ou espionagem de quaisquer países. Por quê? Diante do fato que tinha acontecido comigo e com ou do fato ou da suposição, enfim, do que havia acontecido e divulgado pela imprensa, tanto comigo quanto com o Peña Nieto, todos os países podem estar ameaçados ou de estar sendo espionados ou de serem espionados ou de terem sido espionados. Então, era muito importante que isso fosse tratado não só nessa relação bilateral, mas que eu iria à ONU propor isso. Até porque eu acredito que da junção de duas coisas, de duas tecnologias importantíssimas, uma é a internet e a outra é a fibra ótica, que esses processos ocorrem. Até disse: olha, você pode ter esses processos baseados ou em cabos submarinos, como alguns dizem, ou como cabos terrestres, como outros dizem, ou em satélites ou em sistemas telefônicos, ou em backdoors de aparelhos digitais, seja a forma que seja que o processo de invasão é feito, ele tem de ser coibido e tem de ser tratado no plano internacional, não só nas relações bilaterais, eles extravasam relações bilaterais, ele coloca uma questão que diz respeito à regulação. Até porque eu considero que a internet é uma estrutura que garante a liberdade de expressão e que ela tem de ser preservada como tal, não é? Ela tem de ser preservada na medida em que ela não pode se transformar num instrumento justamente ao contrário do que ela é, de garantia da privacidade, da liberdade de informação, e que isso tem de ser tratado não do ponto de vista apenas do Brasil, mas, também, de todos os países do mundo. Em geral, foi isso.

No que se refere à questão da viagem, o presidente Obama declarou e reiterou que ele queria criar as condições políticas para a minha viagem aos Estados Unidos e sabia que isso passava por adoção de medidas em consonância com aquelas referidas pelo governo brasileiro, claramente ele me reiterou isso, ou seja, a minha viagem depende de condições políticas.

**Jornalista:** (inaudível)

**Presidenta:** Ele procurará o Brasil para dizer que medidas vão ser tomadas. E o que eu pedi é o seguinte: eu acho muito complicado eu ficar sabendo dessas coisas pelo jornal. Então, num dia eu sei uma coisa, e aí passa mais dois dias tem outra coisa, e a gente vai sabendo aos poucos. Eu gostaria de saber o que tem, eu quero saber o que há, nessa questão, o que há. Se tem ou se não tem, eu quero saber: tem ou não tem? Se tem... não, além do que foi publicado pela imprensa, eu quero saber tudo o que há em relação ao Brasil.

**Jornalista:** Tudo o quê?

**Presidenta:** Tudo.

**Jornalista:** (...) teoricamente tomou conhecimento...

**Presidenta:** Veja bem, (...), eu não sei, não sou que tenho de dizer o que é que tem, porque eu não sei, não é, Rossi? Eu quero saber tudo o que tem. A palavra tudo, ela é muito sintética, ela abrange tudo, tudo, tudinho. Em inglês, *everything*.

**Jornalista:** Essa promessa dele superou seu ceticismo?

**Presidenta:** Eu posso te dizer uma coisa, Rossi, eu não vou aqui fazer uma análise de valor sobre isso. Eu aguardo, objetivamente, porque aqui eu não represento a mim, eu represento todo o país. Então há uma relação muito objetiva entre o Brasil e os Estados Unidos, o que eu quero é esclarecimento, não é uma questão pessoal. Apesar de eu ter sido... ou seja, da espionagem ser sobre mim e sobre os meus ministros, conforme o que foi divulgado pela

imprensa, eu sou... ocorreu comigo porque eu sou presidenta. E se ocorreu comigo, que sou presidenta da República, o que eu tenho de fazer? Eu tenho que pensar assim: o que farão, então, com um brasileiro que não é presidente da República? Por exemplo, você, Clóvis Rossi. Então, eu tenho de proteger ao brasileiro que não é presidente da República e a mim que represento o nosso país.

**Jornalista:** Sobre a reunião de quarta-feira ...

**Presidenta:** Olha, eu não tenho... meu querido, eu não tenho expectativa. Eu não tenho expectativas, não externo expectativas. Eu terei uma relação absolutamente objetiva com o que acontecer quarta-feira. Eu não trabalho com especulação. Isso é próprio de vocês, não é próprio do Presidente da República...

**Jornalista:** ... ficou combinado que ele telefonaria para você para dizer: “olha, eu vou fazer isso...”

**Presidenta:** Ficou combinado que o ministro Figueiredo e a funcionária, secretária Susan Rice, Susan Rice, vão fazer um contato e se for necessário nós dois faremos um contato.

**Jornalista:** Presidente, baseado no que for apresentado para a senhora, a senhora aí vai tomar a decisão se vai ou não fazer a viagem.

**Presidenta:** Se não houver condições políticas, obviamente, não se vai.

**Jornalista:** Quais condições políticas?

**Presidenta:** Eu não sei quais são, eles vão me informar primeiro o tamanho do rombo.

**Jornalista:** Presidente ...

**Presidenta:** Qual é o rombo? Eu vou dizer para vocês qual é o rombo. Eu quero saber o que há. Eu não sei o que há, não sei. Vocês sabem o que há? Vou fazer só um raciocínio: como vocês sempre sabem isso primeiro do que eu, porque está vindo através dos jornalistas, como eu não sei o que há. Me disseram que domingo pode ter outra novidade. Então, o que eu quero ver é o que há.

**Jornalista:** Presidente, quem disseram?

**Presidenta:** vocês... chegou até nós a informação de que estão dizendo que tem novidade.

**Jornalista:** Presidente, duas perguntas: a confirmação ou não da viagem já seria uma resposta do governo brasileiro a esse diálogo que vai resultar na resposta de quarta-feira, que outras medidas...

**Presidenta:** Eu não pretendo transformar quarta-feira no Dia D, eu pretendo transformar quarta-feira num dia de avaliação. Não esperem que quarta-feira seja um Dia D. Este é um fato... toda essa situação de violação e espionagem – violação de direitos, porque é violação

de direitos, soberania, direitos humanos, privacidade e ao mesmo tempo esse processo de esclarecimento, ele necessitará de avaliação. Então, eu não estou fazendo um “Dia D”, eu não tenho prazo marcado para dar resposta nenhuma e, veja bem, o Brasil é que é... é que sofreu as consequências do ato. O Brasil não praticou nada, o Brasil foi absolutamente, desse ponto de vista dessas relações, absolutamente correto na conduta. Nós temos sido sistematicamente um país cooperativo na esfera internacional, somos aqui, nesse Fórum, que é um Fórum importantíssimo, que encerra hoje, que é o G20, temos sido também, dentro dos Brics. Então, nós teremos o tempo de avaliação e o tempo de resposta e avaliação das medidas é nosso. Ninguém vai botar tempo para o Brasil, nós é que pedimos esclarecimentos o mais rápido possível.

**Jornalista:** Presidenta, tem como avaliar ...

**Presidenta:** Não tenho como te antecipar isso porque eu não sei os fatos. Seria uma... Seriam...

**Jornalista:** (inaudível)

**Presidenta:** Não sei.

**Jornalista:** (inaudível)

**Presidenta:** Não, não, a minha ausência estava prevista pelo seguinte: porque eu tinha tido, eu tinha feito um contato anterior que eu queria fazer uma bilateral. Acabou que ela não pôde acontecer, então eu acabei não indo, porque eu ia chegar na metade, e aí eu ia só para a foto de família e ia embora. Por quê? Porque amanhã é nossa data pátria, 7 de setembro, e eu tenho que chegar no Brasil para estar lá de manhã cedinho, ou seja, o quanto antes eu tenho que sair daqui, se vocês me permitirem.

**Jornalista:** A confirmação da viagem é a única resposta que o Brasil estuda ou a senhora pode ir além?

**Presidenta:** Eu não vou antecipar nenhuma notícia.

**Jornalista:** Presidenta, a senhora acha que esse gênio pode voltar para a garrafa?

**Presidenta:** Não, ontem, inclusive, você veja, esse gênio... você está fazendo uma imagem. Ontem eu disse ao presidente Obama que era claro que ele sabia que depois que a pasta de dentes sai do dentifrício ela, dificilmente, volta para dentro do dentifrício, então, que a gente tinha de levar isso em conta. E ele me disse, me respondeu, que ele faria todo o esforço político para que essa pasta de dentes pelo menos não ficasse solta por aí e voltasse uma parte para dentro do dentifrício. Você usou, vamos dizer, uma imagem mais bonita, que é a do gênio fora da garrafa. Eu usei já uma coisa, assim, mais usual, que é a pasta de dentes fora do dentifrício.

**Jornalista:** O presidente Obama abordou ontem a questão da Síria ...

**Presidenta:** É verdade. Olha, nós tivemos... O Brasil teve uma posição que é a seguinte: nós repudiamos, repudiamos e consideramos que qualquer uso de arma química constitui crime hediondo. Essa é a primeira afirmação do Brasil. A segunda afirmação: só a ONU tem mandato para definir intervenção militar. Terceiro: damos apoio e suporte para as investigações patrocinadas pelo secretário-geral da ONU, senhor Ban Ki-moon. Defendemos a realização, lá, da reunião de Bruxelas. Bruxelas? Genebra, desculpe, quase falei Basiléia, é a reunião de Genebra. E defendemos que essa seja uma posição, essa reunião, essa conferência de Genebra, ela seja uma posição tendo em vista a importância que é buscar uma solução mediada e política para o conflito. Porque a solução militar e qualquer tipo de intervenção sem mandato da ONU, ela levará só ao acirramento, a perda de vidas de mulheres, crianças e adultos na região.

Então, que a gente defende o cessar fogo, a não-ingerência dos países, no sentido de fornecer armas, e também defendemos essa forma de diálogo como um mecanismo de construção da paz na região. Agora, repudiando completamente o uso de armas químicas, e

achamos que – mais uma vez reitero isso – só o Conselho de Segurança da ONU tem condições de definir, ou a Assembleia, ou a Assembleia, tem condições de definir o mandato para a intervenção militar.

**Jornalista:** A senhora chegou a observar o clima entre Obama e Putin durante o jantar?

**Presidenta:** É importante que vocês saibam que as relações são sempre muito civilizadas, muito de alto nível, não tenho, não vi nenhuma relação diferente disso, de relações políticas extremamente civilizadas. No que se refere à questão econômica, todos os participantes tiveram uma constatação, que é o papel de coordenação de medidas macroeconômicas que o G-20 sempre teve desde o seu início e que nesse momento alguns fatores, uma parte, um conjunto de países levantou: primeiro, que era importante perceber que havia sinais e indícios de recuperação econômica de alguns países desenvolvidos. Destacaram o papel de recuperação... o papel, não, a situação de recuperação nos Estados Unidos, destacaram, também, dentro da União Europeia. Todos concordaram que esses indícios são frágeis ainda, que precisam, portanto, de incentivos. Primeiro, não se pode só exigir estabilidade, tem de ter cuidado com as medidas que só impõem estabilidade, porque nesse momento de fragilidade ainda da recuperação isso pode criar um quadro de reversão da recuperação. Assim sendo, tem-se que se combinar medidas de estabilidades com medidas de expansão. Principalmente naqueles países que têm mais margem de manobra para fazer a expansão. Tem superávit, por exemplo, nas suas balanças, ou tem uma situação fiscal mais equilibrada, enfim, há que tomar cuidado porque agora o momento requer, então, políticas de expansão. De outro lado, foi extremamente enfatizado as consequências que esse processo de recuperação das economias desenvolvidas pode ter em relação ao chamado *spillover*, ou seja, as medidas de impacto nas demais economias. Por quê? Porque ao sair das políticas monetárias expansionistas, principalmente no caso do Federal Reserve isso pode provocar, se não bem comunicados aos mercados ou se não feito de uma forma muito acompanhada, muito cuidadosa, pode significar turbulências que afetem aos países em desenvolvimento.

Um terceiro aspecto que foi extremamente avaliado foi o fato de que é importante completar as reformas, por exemplo, do Fundo Monetário Internacional, dando à política de cotas, aliás, a modificação das cotas, e fazendo essa política de cotas ser consequente com aquilo que foi estabelecido e compromissado entre os países do G20, ou seja, participação de acordo com o PIB, dentro dos processos decisórios, o que vai dar maior legitimidade ou, melhor, vai reduzir o déficit de legitimidade que o fato de isso não estar ocorrendo produz.

Além disso, foi discutida a questão dos paraísos fiscais e dos chamados “bancos sombra”. Além disso, foi discutido também o fato de que os países tinham de adotar medidas de segurança maiores e diminuição de riscos. Nós destacamos o fato de o Brasil ter adotado Basiléia 3, alguns países ainda não adotaram Basiléia 3, é importante que isso ocorra.

E, finalmente, foi discutida a questão da evasão tributária, da evasão tributária por dificuldade de cobrança e por processo de gestão administrativa ou de administração tributária de grandes empresas multinacionais. Em especial destacaram muito a questão dos preços de transferência. Isso é consenso dentro do G20, dos 20 países, todos os 20 países nessa questão estão juntos. Inclusive foi incentivado o processo de que a OCDE está fazendo sobre essa questão. Nós participamos, apesar de não sermos da OCDE, participamos do painel e este foi o processo. E, ao mesmo tempo, ontem, também, foi feita uma discussão sobre a questão do desemprego, porque uma das coisas que mais preocupa nessa fase de recuperação é a questão do desemprego nos países desenvolvidos. A OIT está fazendo uma avaliação que hoje tem 200 milhões de desempregados no mundo, e que isso tenderá a crescer, e que nós teríamos de ter uma política contra essa questão do desemprego.

O Brasil defende isso com veemência, acha que um dos fatores mais importantes para a gente avaliar a qualidade da recuperação é, justamente, se há ou não há essa expansão do desemprego. Para nós isso é uma coisa muito cara porque achamos que o desenvolvimento econômico, ele tem de mostrar essa capacidade de garantir qualidade de vida para a população dos diferentes países. E aí o item desemprego ou emprego é muito importante. No nosso caso, no caso do Brasil, nós temos uma situação muito especial. Se você comparar dentro do G-20 os demais países, nós temos uma das menores taxas de desemprego

oscilado entre 6% e 5,6%, esse mês está 5,6%, no mês passado foi 6%, no outro mês foi 5,8%. Então, é por aí que nós oscilamos. E temos uma situação diferenciada nesse aspecto, mas que é muito preocupante para os países desenvolvidos, principalmente, o desemprego entre jovens e mulheres.

Então, o G-20 propôs uma discussão sobre essa questão e vai se debruçar com muito cuidado sobre esse problema do desemprego, porque das consequências da crise, que começou em 2008, essa é a mais perversa.

**Jornalista:** Presidenta ...

**Presidenta:** Agora, gente, eu acho que eu falei tudo, viu... falta uma coisa, sim. Posso falar da China?

**Jornalista:** Pode...

**Presidenta:** No que se refere à China, nós tivemos duas bilaterais: uma com a China e outra com o Japão, íamos ter ... deu esse desencontro com Singapura e a Coreia do Sul, porque vocês viram, as moças aqui, que é uma mulher hoje que foi eleita a presidente da Coreia do Sul. Bom, nós então fizemos com a China. Com a China foi uma discussão importante, nós defendemos uma parceria estratégica com a China, essa parceria está baseada, eu diria assim, num tripé, que é o seguinte - essa parceria, a perspectiva da parceria está baseada num tripé – primeira parte do tripé: diversificação da nossa pauta de exportações. O Brasil quer um espaço para valor agregado, portanto produtos manufaturados. Nós reconhecemos a importância das nossas *commodities*, defendemos as nossas *commodities*, defendemos a presença das nossas *commodities*, isso significa brigar pela carne, brigar pelos nossos produtos, e ao mesmo tempo queremos essa diversificação da pauta. Então, primeira parte do tripé.

Segunda parte do tripé: a importância da parceria entre empresas brasileiras e empresas chinesas. Essa parceria entre empresas brasileiras e empresas chinesas, elas ficam caracterizadas, basicamente, em algumas áreas que nos interessam, e obviamente nas áreas também que a eles interessava. As áreas que nos interessam são basicamente logística e energia. Agora, principalmente fizemos um convite para eles participarem dos processos licitatórios desse segundo semestre que começa, aliás, que já começou e que vai passar por rodovia, ferrovia, porto e aeroporto e o Campo de Libra.

A terceira parte do tripé que nos interessa é uma parceria na área de ciência, tecnologia e inovação. Nos interessa com a China uma parceria, principalmente na área de tecnologia da informação, nos interessa uma parceria na área de nanotecnologia e de tecnologia espacial, principalmente satélite. Nós temos já os cybers, os chamados cybers, mas essa, vamos dizer assim, só para simplificar para vocês, é basicamente nesses três campos.

Com o Japão nós tivemos também uma discussão muito importante, porque o Japão vem participando do esforço do Brasil na área de provimento de equipamentos na indústria naval. Então, entrou no Brasil a Kawasaki... é Kawasaki? Gente, desculpa, porque também ontem eu fiquei lá 14 horas. Vocês têm que me desculpar um pouco... A Ishikawajima, na Bahia. Bom, são duas empresas: a Ishikawajima e tem mais uma que eu estou... me fugiu o nome completamente, vocês me desculpem. Uma no estaleiro Paraguaçu e outra. São duas grandes empresas japonesas, e a nós interessa até porque o Japão tem uma tradição de investimento no Brasil. São empresas dos mais variados ramos: do ramo automobilístico, passando por tecnologia da informação, televisão, por produção de aparelhos eletroeletrônicos, e isso para nós é muito importante.

Conversei longamente com o presidente [primeiro-ministro] Abe, que também me expôs o Abenomics que é a política expansionista na área fiscal, política expansionista na área monetária, e uma tentativa de fazer o Japão ter uma taxa de crescimento superior à que ele

vinha tendo historicamente, nos últimos 10, 20 anos. Nós também definimos, eles manifestaram interesse no fornecimento de equipamentos e estavam muito interessados na questão do fornecimento de equipamentos para o Campo de Libra ou para a área de petróleo em geral. Então, houve uma discussão de interesses econômicos muito grande.

No que se refere ao protecionismo, o Brasil repudia todas as formas de protecionismo. E como vocês sabem, as novas também, não é? Aquelas que não são as tradicionais, repudiamos as tradicionais e repudiamos as não tradicionais, derivadas, por exemplo, de políticas monetárias não convencionais e expansionistas, que produziram, num primeiro momento, uma valorização das moedas vis-à-vis ao dólar, e agora na saída vai provocar o oposto, o efeito oposto. É óbvio que nós não queremos nem um lado nem outro, a gente quer é uma estabilidade, uma baixa volatilidade, uma maior tranquilidade no que se refere aos efeitos das políticas dos países sobre as nossas políticas domésticas.

Agora, essa foi uma questão que foi muito insistida. Não houve grandes alterações e nós defendemos uma participação muito firme do G20 nessa Conferência de Bali, porque a Conferência de Bali, ela vai dar, eu diria assim, os marcos, os parâmetros e uma retomada da tentativa de completar o ciclo do Acordo de Doha. Pode não ser um Acordo de Doha, mas pode sair um Acordo de Bali, ou, pelo menos, se não for um acordo pode sair uma perspectiva de acordo nessa área.

Há uma concordância geral, dentro do G20 que a redução do comércio internacional prejudica todos os países. E os emergentes fizeram, inclusive, em conjunto, um estudo que mostra que nós perdemos posições – os países emergentes perderam muita posição – por redução do comércio internacional, mas não só por protecionismo, por quebra da demanda dos países desenvolvidos. Por isso, quebra da demanda dos países desenvolvidos e políticas protecionistas indiretas. Exemplo: desvalorização política, de desvalorização cambial para poder gera superávit, superávit comercial. Agora, acho que há uma grande consciência dentro do G-20 de que quanto menos alterações, ou seja, quanto menos distorções se tiver nessa área melhor para todos os presentes, todos os países do G-20.

Em síntese, eu agradeço a vocês, foi isso que aconteceu, foi uma reunião muito produtiva que abrange um momento muito produtivo e a reunião dos Brics, eu não vou comentar porque... eu pelo menos pedi para divulgarem para vocês o texto do comunicado dos países Brics. Eu pedi e espero...

**Jornalista:** ... o ministro Guido Mantega explicou a situação decorrente do spillover ...

**Presidenta:** Olha, eu acho que você devia perguntar para o Guido. A minha questão do spillover, que eu estou aqui comunicando para vocês, é que é generalizada a visão de que é extremamente problemática. E eu vou te dizer uma coisa viu, Clóvis, até acho que o Brasil - eu até na minha fala, falei isso – acho que o Brasil tem uma situação um pouquinho diferenciada. Vou dizer porquê: porque nós somos um dos poucos países que temos mercado de derivativos. Então, a nossa situação permite que a gente tenha uma maior tranquilidade nessa área e atue mais no mercado a termo, no mercado que não é o spot, alguns países, ou seja, - vou dizer o seguinte para vocês - a maioria não tem isso. Então, é mercado spot, é complicado, é problemático. Então, houve sobre essa questão, uma manifestação, eu não vou dizer aqui de quais países, até porque o que fosse emergente ali dentro ou em desenvolvimento, estava queixando disso, porque são os que tiveram perdas dos ativos. Os ativos, na medida em que há uma valorização dos títulos do tesouro americano de 10 anos, os ativos vão... houve um problema, também, de comunicação nos mercados. Então, isso foi muito avaliado, foi muito insistido pelos países que houvesse uma melhor comunicação com os mercados, e que houvesse uma transição mais tranquila.

Ninguém ficou discutindo se cabia ou não cabia a medida. Mudou a conjuntura, foi dado que essa é uma decisão doméstica de países em desenvolvimento, mas que ela tem *spillover*, é isso, é a constatação que tem *spillover*, não é uma, vamos dizer, uma avaliação de valor, é

diferente, é um outro tipo de postura. Agora, tem que tomar providência, não pode nem comunicar mal, nem fazer uma transição abrupta.

**Jornalista:** Presidente, sobre a reunião dos Brics uma última pergunta. Ontem o porta-voz do Putin disse que as gravações e que toda a espionagem feita sobre o Brasil é similar

**Presidenta:** Ele não disse sobre o Brasil, querido, eu ...

**Jornalista:** É similar a terrorismo. A senhora confirma o uso dessa expressão?

**Presidenta:** Eu não vi o Putin usando essa expressão.

**Jornalista:** Nem ninguém?

**Presidenta:** Não, não. Mas as pessoas não estavam satisfeitas com a... Mas eu não escutei, tá? E você sabe que uma reunião que tem russo, chinês, indiano, eu posso não ter... Eu não vou dizer que ele falou ou não falou, porque eu posso não ter percebido. Desculpa, mas eu acho que é irrelevante essa comparação. Acho que é gravíssimo, é pior ou igual ou... Eu acho que é gravíssimo espionar um país democrático, gravíssimo. Não vejo como alguém defenda que espionar um país democrático, espionar a privacidade de pessoas, de cidadãos, quebrar a soberania de um país é algo simples, não vejo como.

Agora, a gente tem de dar o nome que as coisas merecem: guerra é guerra, terrorismo é terrorismo, espionagem de país democrático é espionagem, sem juízo de valor. Não estou fazendo juízo de valor sobre o porta-voz.

Ouçã a integra da [entrevista \(http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-sao-petersburgo-sao-petersburgo-russia-38min27s\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/audios/audio-da-entrevista-coletiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-sao-petersburgo-sao-petersburgo-russia-38min27s)(38min27s) da Presidenta Dilma